PODER

Segurança até com snipers

Governo de Portugal monta uma superoperação para garantir a proteção dos participantes no evento promovido no país

» VICENTE NUNES
Correspondente
» DENISE ROTHENBURG
Enviada especial

Lisboa — O governo de Portugal montou uma superoperação para garantir a segurança dos participantes do evento promovido pelo Lide, do ex-governador de São Paulo João Doria. Pelo menos 100 homens da Polícia de Segurança Pública (PSP), da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia Judiciária foram destacados para evitar a violência que se viu em Nova York, em novembro passado. Nos Estados Unidos, cinco ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) foram hostilizados por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. A agressividade atingiu, principalmente, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, que chegou a perder a paciência e soltar um "perdeu, mané", que viralizou nas redes sociais.

As negociações com as autoridades de segurança do governo português duraram pelo menos um mês. Foram destacados batedores para acompanhar os carros de autoridades presentes — Michel Temer (ex-presidente da República), Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski (ministros do Supremo), Humberto Martins (ministro do Superior Tribunal da Justiça) e Bruno Dantas (presidente do Tribunal de Contas da União).

Foram colocados policiais fardados e à paisana nas redondezas do Hotel Four Season Ritz e até atiradores de elite (snipers). Agentes do Serviço de Estrangeiros e Fronteira (SEF) também trabalharam no evento.

O esquema de segurança foi extensivo a todos os participantes, entre eles, grandes empresários, como Luiza Trajano (do Magazine Luiza) e Abílio Diniz (acionista do Carrefour); e banqueiros, como o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, e o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febrabran), Isaac Sidney.

Em todos os deslocamentos por Portugal — há eventos no entorno de Lisboa —, há acompanhamento policial. As autoridades portuguesas estão empenhadas em não deixar qualquer espaço para que atos de violência aconteçam.

Tanta segurança se justificou diante dos transtornos em Nova York. Lá, no feriado de 15 de novembro, a frente do hotel Sofitel, próximo à Broadway, foi tomada por manifestantes logo na primeira noite. Os 50 passos que separavam a porta do hotel do local da conferência viraram um calvário para as autoridades.

A polícia de Nova York precisou ser acionada para colocar grades e garantir a segurança, especialmente, dos ministros do STF. O blogueiro Alan dos Santos, que teve a prisão decretada há meses, chegou a furar o esquema de segurança e ficar calmamente sentado no saguão à espera de Moraes. Avisada, a equipe de João Doria conseguiu evitar que o ministro ou outro magistrado terminasse confrontado pelo bolsonarista dentro do hotel.

Desta vez, em Lisboa, tanta segurança fez com que tudo transcorresse na maior tranquilidade no primeiro dia de debates, cujo tema dominante foi a tentativa de golpe orquestrada pelo ex-deputado Daniel Silveira, que está preso, e revelada pelo senador Marcos do Val (Podemos-ES), com possível participação do ex-presidente Bolsonaro.

Reprodução/Lide Brazil Conference



No evento em Portugal, Lewandowski disse ainda não haver motivos para a prisão de Bolsonaro: "Ele pode entrar e sair livremente do país"

100

Número de agentes de segurança destacados para o evento na capital portuguesa

Sem fatos contra Bolsonaro

Lisboa — As declarações, cheias de contradições, do senador Marcos do Val (Podemos-ES), que afirmou ter sido convidado pelo ex-deputado Daniel Silveira — preso desde quinta-feira —, com o conhecimento de Jair Bolsonaro, para participar de um golpe de Estado ainda não são suficientes para levar o ex-presidente à prisão. É o que acredita o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Não conheço nenhum detalhe de algum processo que esteja tramitando contra ele. O ex-presidente Bolsonaro é um cidadão brasileiro. Ele pode entrar e sair livremente do país", afirmou o magistrado, durante participação no Lide Brazil Conference. Quanto à possível declaração de inelegibilidade de Bolsonaro, o ministro assinalou que essa é uma questão que ainda será analisada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na avaliação de Lewandowski, que se aposentará nos próximos meses, ao completar 75 anos, seu colega de tribunal Alexandre de Moraes respondeu a todos os questionamentos sobre os planos golpistas narrados pelo senador. O objetivo de Silveira, que teria total apoio de Bolsonaro, seria gravar Moraes, usar suas falas de forma comprometedora, prendê-lo, impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e manter o ex-presidente no poder.

"Acho que Alexandre respondeu (tudo), porque foi testemunha dos acontecimentos. Não estive presente, não posso responder por ele. Se o que foi relatado pelo senador é verdadeiro, e parece que é um fato muito grave, deve ser apurado e terá, se for verídico, consequências muito sérias", enfatizou Lewandowski, que vê como "inadmissível" numa democracia tentar grampear um ministro do Supremo.

Tempos estranhos

Apesar de o Brasil viver "tempos estranhos", agravados pelas declarações do senador, o ministro do STF disse considerar a situação no país de forma muito positiva. "Penso que os atos terríveis, sérios, o episódio sombrio de 8 de janeiro, na verdade, unificaram o país. Depois da destruição da sede dos Três Poderes, o que nós vimos foi uma união dos brasileiros, uma união dos Poderes, uma união dos governadores em torno da democracia e da própria governabilidade", enfatizou.

Ele destacou, ainda, ver com bons olhos a proposta que tramita no Congresso de regulamentação das redes sociais. "Penso que essa é uma necessidade urgente. Precisamos regulamentar as redes sociais, sobretudo para que não sejam disseminadas mensagens de ódio, de preconceito e também as fake news, que são extremamente perniciosas", afirmou. "Mas estou convencido de que, embora seja importante que os distintos países ou Estados soberanos editem legislações nesse sentido, é preciso que haja uma regulamentação a nível internacional", acrescentou.

Em relação ao Congresso que acabou de tomar posse, Lewandowski também disse ver com muito otimismo a maneira democrática como se desenrolaram as eleições dos presidentes do Senado e da Câmara. "Foram eleições absolutamente pacíficas. As pessoas discutiram, vários candidatos se apresentaram, mas os dois eleitos, tanto o presidente (Arthur) Lira quanto o presidente (Rodrigo) Pacheco são muito experientes, estão preparados e têm um discurso de diálogo com os demais Poderes", destacou. "Penso que as eleições dessas duas lideranças são mais um passo para a consolidação da nossa democracia, que foi seriamente ameaçada pelos últimos acontecimentos", emendou. (**DR e VN**)

Para evitar desperdício de verbas

Lisboa — O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, anunciou às autoridades presentes à Lide Brazil Conference que está em curso um projeto de cooperação com o Poder Executivo para definição de um sistema de avaliação das políticas públicas, de forma a garantir que não haja desperdício dos já escassos recursos.

A ideia é uma revisão periódica da eficiência do gasto público. "Com o sistema tributário brasileiro que temos, não conseguiremos equilibrar as finanças por meio da Receita, então é preciso fazê-lo pelo controle da despesa", ressaltou. "E é aí que entra Lei de Responsabilidade Fiscal, teto de gastos e cortes a se avaliar. É preciso fazer mais com menos", acrescentou, antecipando parte do discurso que será feito hoje pela ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Primeiro trimestre

Até agora, o governo avisou que acabará com o teto de gastos, mas não informou o que colocará no lugar. A ideia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é apresentar esse novo marco fiscal ainda no primeiro trimestre. A expectativa dos políticos é que fique para depois do carnaval.

A ideia do governo, em parceria com a Corte capitaneada por Dantas, é verificar quais as políticas públicas que dão resultado e, nelas, se investir ainda mais. "E aquelas que não geram resultado, devem ser descontinuadas", disse ele.

Dantas citou como exemplo o Programa Bolsa Família, comparando-o com o subsídio da cesta básica: "O Bolsa Família, com R$ 20 bilhões, consegue impactar em quase 1% ao ano a redução da pobreza extrema. O subsídio da cesta básica, que vale para o feijão do pobre e do rico, impacta 0,1%. Obviamente, não devemos financiar o feijão do rico", avaliou.

Durante o debate, o presidente do TCU aproveitou para cobrar do governo o novo **arcabouço fiscal**. "Não é possível falar em endividamento e achar que a autoridade monetária vai ficar parada olhando. Há um Brasil real, que precisa de emprego e desenvolvimento, mas o pressuposto para que isso aconteça é o marco fiscal, que precisa estar organizado." (**DR e VN**)

Impeachment virou moda, diz Temer

Lisboa — O ex-presidente Michel Temer, que assumiu o governo depois do impeachment de Dilma Rousseff, afirmou que o Brasil não aguenta mais processos que levem à interrupção de administrações legitimamente eleitas. Segundo ele, o caminho para evitar que situações como essa se repitam é a adoção do regime semipresidencialista, semelhante ao que vigora em Portugal.

Na opinião dele, não se está pregando golpe em relação a um regime vigente, mas uma proposta para ser debatida com a sociedade e que, se aprovada, poderia entrar em vigor a partir de 2030, respeitando o direito à reeleição em 2026. "Temos que resolver esse problema grave no Brasil. O presidente Lula tomou posse e já tem pedido de impeachment contra ele. Virou moda", afirmou.

Temer explicou que, em vez de impedir um presidente de continuar seu mandato, no regime semipresidencialista, o Parlamento é dissolvido e uma nova eleição é realizada, resultando na troca de governo. "Tudo sem trauma, pois ameniza as questões políticas que o presidencialismo encerra. Temos 35 anos de Constituição e dois impedimentos, além de inúmeros pedidos. Desde o período de Itamar Franco, houve 495 pedidos de impeachment. Temos de acabar com isso", frisou.

Durante participação no Lide Brazil Conference, tendo como pano de fundo a tensão dos últimos dias no Brasil, Temer pregou a pacificação política, "deixando os espinhos para trás, numa revolução com rosas ou dos lírios".

Sem citar Lula, que em declarações recentes o chamou de "golpista", mencionou que o país precisa buscar, de fato, a harmonia. "Aqui, em Portugal, tivemos a revolução dos cravos. Quem sabe fazemos a das rosas, ou dos lírios", defendeu, puxando aplausos da plateia formada por empresários e políticos. "Estamos cansados de distribuir espinhos. Por isso, é importante a pregação pela paz", reforçou.

Voltando ao semipresidencialismo, visto como um "amálgama" para resolver os problemas da política, Temer foi enfático: "Você faz um esforço para montar uma base e quando manda um projeto para o Parlamento, metade vota a favor, metade contra. Gera instabilidade. No semipresidencialismo, tem um partido de situação, outro de oposição. Melhora, aprimora o sistema político", afirmou.

O ex-presidente tem defendido a pacificação e a cooperação entre os partidos desde que deixou o poder. Aos amigos, tem comentado que Lula erra ao ficar olhando para o retrovisor. Publicamente, é mais comedido, sem deixar de ser incisivo: "O país precisa esquecer e seguir em frente", destacou. (**DR e VN**)

Reprodução/Lide Brazil Conference



Para Temer, solução é a adoção do semipresidencialismo

» Silveira é mantido preso

O ex-deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) teve a prisão mantida após passar por audiência de custódia no Rio de Janeiro, na noite de quinta-feira. Preso em Petrópolis no mesmo dia, ele ainda aguarda uma decisão sobre onde deverá cumprir a prisão preventiva imposta pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O ex-parlamentar passou a noite no presídio José Frederico Marques, em Benfica, na Zona Norte da capital fluminense. A expectativa dos advogados é de que Silveira seja encaminhado para a Unidade Prisional da Polícia Militar, em Niterói. O ex-deputado foi detido após descumprir uma série de medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica e a proibição do uso de redes sociais.